

A produção científica feminina docente em cursos de jornalismo

Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira¹

Resumo

O presente trabalho analisa a produção científica de docentes vinculados aos cursos de bacharelado em Jornalismo, abertos por meio de políticas públicas de expansão e interiorização em universidades federais no período de 2013 a 2018. Este recorte justifica-se pela necessidade em conhecer a produção científica em regiões que receberam novas universidades públicas, campi, cursos superiores e docentes. A comunicação científica está associada aos canais que transferem o conhecimento produzido no âmbito de um determinado grupo, cujo saber, particularmente o de caráter especializado, é produzido sob determinadas estratégias de construção. Esse conhecimento gerado será o resultado da consolidação e comunicação capaz de ser determinado como um produto socialmente constituído: a Ciência.

Palavras-chave: Produção científica. Cursos de Jornalismo. Políticas públicas sociais.

Female scientific teach production in journalism courses

Abstract

The present work analyzes the scientific production of teacher slinked to the Bachelor's Courses in Journalism, opened by means of public policies of expansion and internalization in federal universities from 2013 to 2018. This cut is justified by the need to know the scientific production in regions that received new public universities, campuses, university courses and teachers. Scientific communication is associated with channels that transfer the knowledge produced within a given group, whose knowledge, particularly the specialize done, is produced under

¹ Professor Associado da Universidade Federal do Cariri. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia - PPGB. Pesquisador de Produtividade em Pesquisa da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP. Pós-doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (Portugal). Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná. Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

certain construction strategies. This generated knowledge will be the result of the consolidation and communication capable of being determined as a socially constituted product: Science.

Keywords: Scientific Production. Journalism Courses. Social Public Policies.

Introdução

Este artigo se propõe a verificar a produção científica docente, nos cinco anos (2014-2018), em cursos de bacharelado em Jornalismo vinculados às universidades federais no interior do Brasil, abertos por meio de processos de expansão e interiorização do ensino superior entre os anos de 2006 e 2013. Com isso, por hipótese, conclui-se: que toda essa produção científica docente gerada poderá contribuir para criação de novos grupos de pesquisa; que o desenvolvimento de recursos humanos se mostra altamente qualificado; e que são imprescindíveis a proposição e a aprovação de projetos para abertura de novos programas de pós-graduação em Comunicação. Dessa forma, a produção científica em universidades distantes dos grandes centros urbanos colabora com o processo de homogeneização da produção científica brasileira.

As instituições de ensino superior têm como um de seus atributos principais, a comunicação dos seus conhecimentos na geração de publicações científicas, que servirão para o crescimento da ciência e da instituição, e que poderão ser referência em outros estudos e pesquisas. A geração desses conhecimentos, disseminados por canais formais, principalmente em periódicos científicos, em diferentes formatos, constitui a denominada “produção científica” – produção intelectual, produção acadêmica, produção do conhecimento –, expressões estas que abarcam as produções bibliográficas, técnicas e artísticas realizadas por determinada comunidade.

Revisão de literatura: panorama da educação superior no Brasil

Antes de falar sobre a produção científica docente em cursos de Jornalismo de universidades federais, é necessário entender alguns aspectos da história da educação no Brasil, bem como analisar como se deu a criação e o avanço das políticas de educação no país. Como destaque, enfatiza-se aqui a relação entre a política educacional e as metas da educação associadas aos processos de expansão e interiorização da educação superior federal. Desse modo, pode-se então compreender como o país

estrutura, hoje, a formação do jornalista em universidades federais descentralizadas das capitais dos estados.

As políticas de educação superior podem ser enquadradas como um tipo de política social, que é caracterizada como políticas que visam compensar outras políticas que colocam determinados grupos em situação de dependência. Com isso, “a existência de política social sugere que as medidas oriundas das políticas vigentes não atendem ao bem-estar social” (SAVIANI, 2012, p. 20). Assim, as políticas voltadas à educação superior são essenciais para promover o acesso, antes destinado apenas às elites, passam, agora, a agregar minorias.

A definição de um projeto para a educação superior deve entender essa como bem público, destinado a todos indistintamente, inserida no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade da sociedade brasileira, sendo que a universidade deve ser a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças. (SAVIANI, 2012, p. 20)

Ao retomar um pouco na história da educação no Brasil durante o período da Primeira República, pode-se notar que, apesar da crescente expansão das Instituições de ensino superior, a taxa de escolarização permanecia baixa, e hoje isso leva a observar para além da expansão concordando com a colocação feita pela Secretaria de Educação Superior – SESu (2014), ao afirmar que “os desafios ligados à educação superior podem ser condensados na tríade *expansão, qualidade e democratização*” (BRASIL, 2014). Como a história mostra, o surgimento das primeiras universidades brasileiras foi tardio, pois é “somente em 1920 que surge a primeira Universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, após algumas experiências que não perduraram na década de 10”. (BRASIL, 2014, P.18).

A Universidade do Paraná foi criada em 1912, mas teve que ser desmembrada em faculdades isoladas para poder funcionar, por exigência do governo federal. Dessa forma, a recriação da Universidade do Paraná culminou em 1951, e a Universidade do Amazonas, fundada em 1909, foi recriada em 1962. Dentre as primeiras universidades fundadas que perduraram podemos citar: Universidade do Rio de Janeiro (1920), Universidade Federal de Minas Gerais (1927), Universidade de São Paulo (1934) e Universidade do Rio Grande do Sul (1934).

O Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, constituiu, a primeira medida entre as políticas educacionais desse período: a reforma do ensino superior. Por decreto presidencial assinado por Francisco Campos, titular dos Ministérios da Educação e Saúde, o Estatuto, que tem como modelo a Universidade do Rio de Janeiro, é relatado como “a primeira diretriz geral para o ensino Superior” (WAITZ; ARANTES, 2009). Como deliberação do Estatuto das Universidades Brasileiras podemos citar, além das normas específicas para a Universidade do Rio de Janeiro - Decreto 19.852, a instituição de normas gerais para a organização das universidades - Decreto 19.851 e a criação do Conselho Nacional da Educação - Decreto 19.850.

“A segunda metade do século XX foi marcada por uma expansão sem precedentes da demanda e da oferta de cursos de educação superior” (BRASIL, 2014a). O que ocasionou, durante os 12 anos citados no balanço, a oferta de cursos de graduação passar de 16.505 opções para 32.049. O crescimento foi significativo tanto no setor privado quanto no setor público (BRASIL, 2014). As políticas de educação do governo federal, através do Ministério da Educação, promoveram grandes avanços para a educação superior. Dentre elas, destacamos a criação de 18 novas universidades federais, 173 campus de universidades federais em cidades do interior do país, além de diversos programas de apoio a expansão, acesso e permanência.

Um dos indicadores de qualidade da educação abordados no balanço (BRASIL, 2014a) é a titulação acadêmica de doutor e mestre no quadro docente de professores do ensino superior, de acordo com a obra “tais qualificações são indício não só de maior conhecimento na área lecionada como também de dedicação à pesquisa, atividade indissociável do ensino” (BRASIL, 2014a). O balanço apresenta os seguintes dados:

[...] em 2003 os doutores representavam 39,5% dos docentes da educação superior da rede pública – instituições federais, estaduais e municipais. Já em 2013, este percentual passou para 53,2%. Por sua vez, os mestres representam 29,6% do quadro de professores. Já os especialistas, ou seja, profissionais portadores de certificado de pós-graduação lato sensu, decresceram de 33,3% em 2003 para 17,2% em 2013. (BRASIL, 2014a, p. 25)

O docente tem uma importância fundamental para a formação do estudante, já que ele atua como um mediador na sala de aula entre o conteúdo e o aluno, bem como é, em teoria, a pessoa responsável por estar entre a teoria e a prática para formar um

profissional mais capacitado. Entendendo a importância do docente na formação, esse ponto será um dos vieses analisados na pesquisa para entender o ensino do Jornalismo. No que se refere a matrículas na educação superior, o relatório afirma que “cresceram de 3,9 milhões em 2003 para 7,3 milhões em 2013 – o equivalente a 86%” (BRASIL, 2014a, p. 32). Enquanto isso, a taxa de escolarização líquida sobe de 10% para 18% em 2013 (BRASIL, 2014, p. 33).

O crescimento de cursos de Jornalismo em universidade federais

Por meio da expansão do ensino superior no processo de interiorização e expansão, 15 novos cursos de Jornalismo foram criados em universidade federais brasileiras, formalizando até 2018 um total de 38 cursos em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Como meio para localizar, geograficamente, os estados contemplados com os 15 novos cursos de Jornalismo, observaremos, a seguir, a cartografia realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisa em Jornalismo (CEPEJor), vinculado à Universidade Federal do Cariri. Em artigo publicado pelo grupo de pesquisa são elencadas as universidades e campi criados por regiões:

1. REGIÃO NORTE: Universidade Federal do Amazonas – Campus Parintins; Universidade Federal do Amapá – Campus Macapá; Universidade Federal de Rondônia – Campus Vilhena; Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará – Campus Rondon do Pará (quatro novos cursos);
2. REGIÃO NORDESTE: Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz; Universidade Federal do Cariri – Campus Juazeiro do Norte; Universidade Federal do Recôncavo Baiano – Campus Barreiras (três novos cursos);
3. REGIÃO SUDESTE: Universidade Federal de Viçosa – Campus Viçosa; Universidade Federal de Ouro Preto – Campus Mariana; Universidade Federal de São João Del- Rei – Campus São João Del-Rei; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus Seropédica (quatro novos cursos);
4. REGIÃO CENTRO OESTE: Universidade Federal do Mato Grosso – Campus Araguaia (um curso novo);
5. REGIÃO SUL: Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen; Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja; e Universidade Federal de Pelotas – Campus de Pelotas: três novos cursos. (VASCONCELOS, 2018, p. 4-5)

Os cursos de Jornalismo, assim como os demais cursos superiores no Brasil, desde que foram criados estão subordinados ao Estado, no que se refere aos protocolos de autorização e reconhecimento bem como às determinações do tempo de duração e

constituição curricular. Somente em 2001 é que as Diretrizes Curriculares foram aprovadas e, assim, as instituições de ensino tiveram ampla liberdade para compor suas estruturas curriculares conforme o perfil de egresso desejado e sem uma imposição por parte do MEC (CAJAZEIRA, 2017).

Métodos

A pesquisa teve caráter exploratório e documental, estudo de caso, procedimentos concomitantes e métodos mistos (CRESWELL, 2017). O universo da pesquisa foi constituído por 181 docentes de cursos de Jornalismo de universidades federais no interior do Brasil (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), respectivamente: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Após identificar as instituições de ensino superior, realizou-se o levantamento dos docentes por meio de solicitações enviadas por e-mail às coordenações dos cursos e coleta das informações constantes nos sites institucionais de cada IFES. Foram excluídos desta pesquisa, os docentes substitutos/temporários das instituições que ministravam disciplinas. O foco da pesquisa foi identificar a produção científica de docentes efetivos na categoria *artigo*, publicada em revistas científicas, estabelecida pelo CNPq.

O procedimento adotado nesta pesquisa documental foi a coleta de dados em fonte primária, o currículo na Plataforma Lattes de cada docente, e posterior acesso a cada publicação científica, além da leitura dos projetos pedagógicos dos 13 cursos analisados. Verificou-se, individualmente, não apenas a quantidade de publicações, mas a sua classificação em relação ao *qualis* das publicações. Para tanto, utilizou-se da Plataforma Sucupira, que classifica os periódicos científicos nos extratos até 2016: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, e que forneceu uma base de dados onde constavam todos os periódicos na área da Comunicação e Informação, com seus respectivos estratos. Os cursos superiores do Campus Parintins da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e

da Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA) não disponibilizaram dados no site, ou responderam aos e-mails da equipe responsável pela elaboração da pesquisa, portanto, os seus dados não foram contabilizados.

Para se realizar a análise de um curso de graduação, o seu corpo docente tem um papel fundamental, por várias questões como: qualidade do ensino, elaboração de projetos de pesquisa, extensão, monitoria, condução na orientação de monografias de graduação, especialização, dissertações, teses e supervisão de pós-doutorado. Todas essas demandas englobam a atividade acadêmica docente. No tocante à qualidade do ensino, é importante discorrer sobre esse termo e a importância do professor nesse aspecto. Em muitos cursos analisados nesta pesquisa, verificaram-se especialistas em determinadas áreas, com trabalhos tão importantes que os(as) tornaram referência em estudos de temas relevantes para a área da Comunicação.

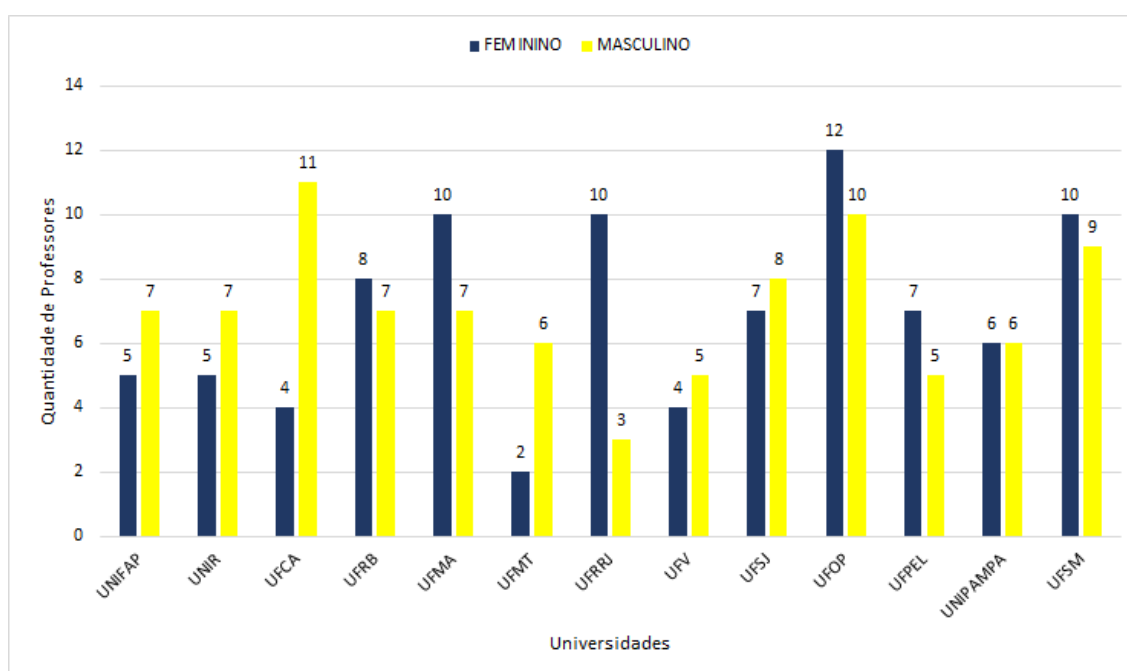
Resultados e discussão

Um ponto observado na análise foi a titulação docente. A grande maioria dos professores pesquisados é composta de doutores (83%), seguidos por mestres (17%). Não há indícios de professores especialistas ou graduados no universo pesquisado. Em todas as regiões, a quantidade de mestres é consideravelmente inferior à de doutores, mesmo se tratando da região norte, onde o número de mestres é proporcionalmente maior que no resto das universidades, a quantidade de doutores ainda é superior. A dedicação de todos os docentes é exclusiva, ou seja, em tempo integral.

O número de professores também não segue um padrão, visto que em Minas Gerais, onde foram abertos três novos cursos de Jornalismo, o corpo docente possui uma variação considerável. O curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto possui 22 professores efetivos. Destes, 21 são doutores, enquanto nas outras duas IES Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal de São João Del Rei, o corpo docente é de 9 e 10 professores, respectivamente, e todos doutores. De acordo com a leitura e estudo realizado dos projetos pedagógicos de curso (PPC), o quadro docente se alterna em cada curso pesquisado. Alguns PPCs informam a necessidade de 11 professores (média) para um curso de 2700 horas. Contudo, com a aprovação das novas DCN de Jornalismo em 2013, os currículos deveriam ter, no mínimo, 3000 horas, havendo assim a necessidade da contratação de mais professores para atender às diversas unidades curriculares: obrigatórias, optativas e eletivas.

Com relação ao corpo docente, um ponto interessante a se destacar é a distribuição por gênero. No total, dos 181 docentes, 91 são homens e 90 são mulheres, o que dá aproximadamente uma taxa de equilíbrio, 50% a 50%, porém quando se aproxima o olhar para a distribuição individual por curso, percebe-se a disparidade, como se pode observar no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Distribuição do corpo docente de cada curso por gênero



Fonte: Portais institucionais dos cursos (dados), os autores (gráfico).

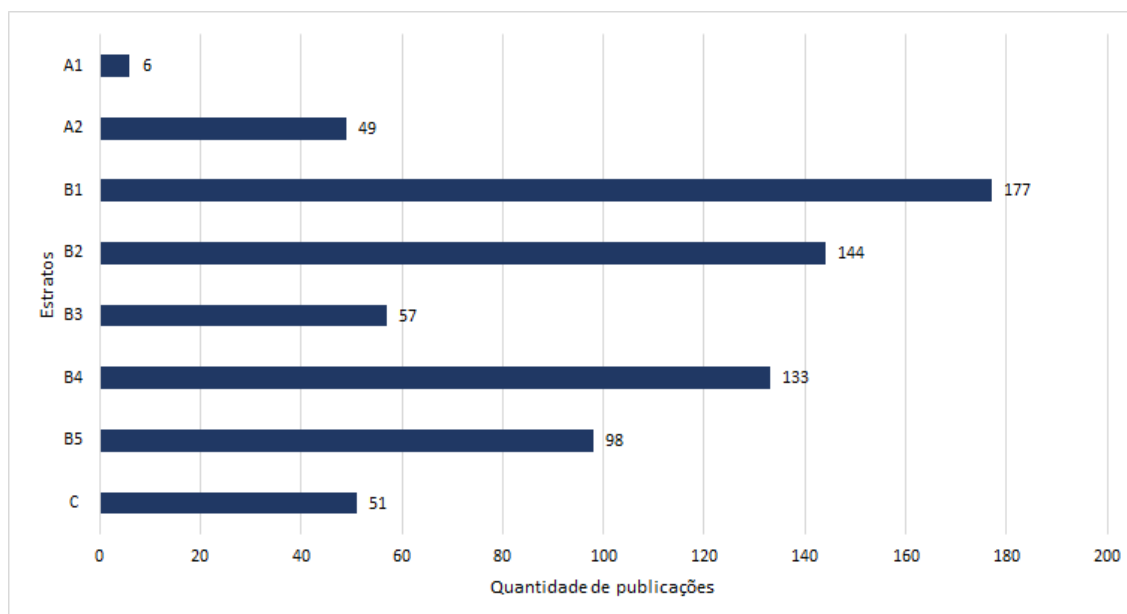
Como pode-se perceber, há situações de perfeito equilíbrio, como no caso da Unipampa, e casos de desequilíbrios para os dois lados, como a UFCA, com 73% do seu corpo docente pertencente ao gênero masculino, ou na UFRRJ, onde 77% do corpo docente é composto por mulheres.

É complexo fazer uma análise generalizada, porque há múltiplas realidades regionais, a exemplo da Universidade Federal do Cariri (UFCA) na região Nordeste, uma das mais jovens, com apenas cinco anos de existência – antigo Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará –, desde 2006, e com um quadro docente de 15 professores efetivos no Curso de Jornalismo. Essa universidade passou pela fase I (expansão), enquanto Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará, e a fase II (interiorização), já como Universidade Federal do Cariri, desde o ano de 2013.

No Estado do Maranhão, o curso de Jornalismo fica em um campus avançado da Universidade Federal do Maranhão, em Imperatriz, no interior do estado, distante aproximadamente 630 km da capital, São Luís, o que, por sinal, era uma das competências das Políticas Públicas do Governo Federal: interiorizar o ensino superior público. O curso da UFMA conta com 17 professores e teve a Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN) aprovada pela Capes para abertura, em 2019, do Mestrado em Comunicação. Em contraponto, tem-se a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro fundada em 1910, com apenas 9 professores, e sem programa de pós-graduação.

Com relação à abertura de possíveis programas de pós-graduação, depende-se também da produção científica dos professores. Das 715 publicações em periódicos analisadas entre 2014 e 2018 de todos os 181 docentes, quase 60% (429) estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste, onde se concentra a maioria dos programas de pós-graduação em Comunicação do país e grande parte dos periódicos na área de Comunicação e Informação (AQUINO, 2006). A Universidade Federal de Santa Maria, por exemplo, possui uma revista científica e programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

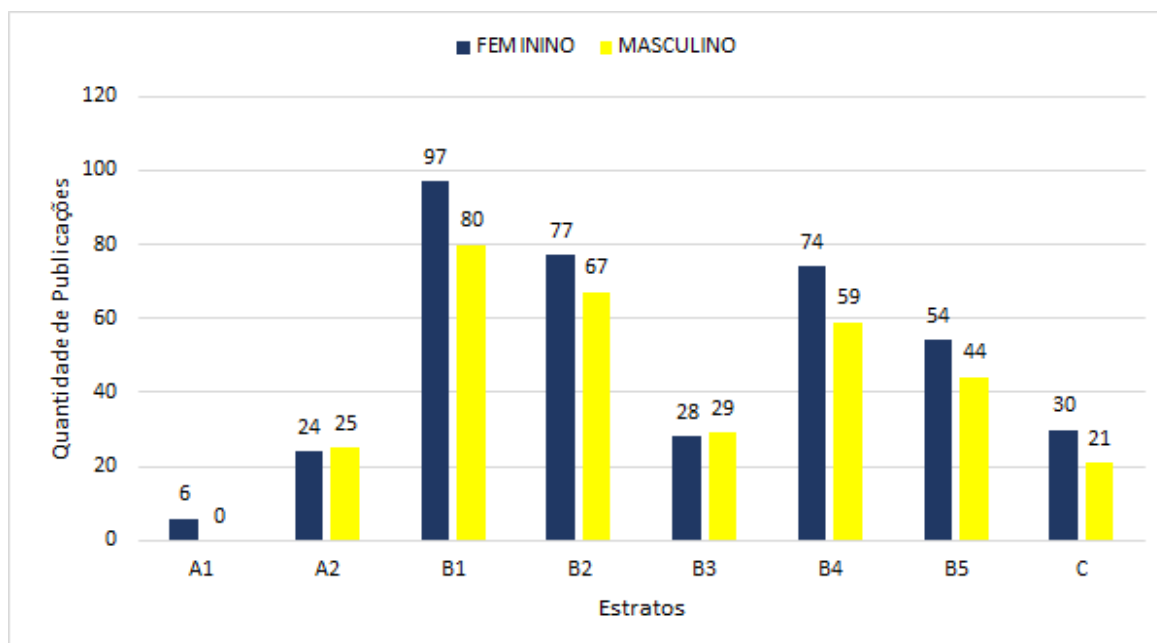
Ainda em relação às produções, percebe-se um esvaziamento de publicações docentes em periódicos de *qualis* A1 – apenas 6, e dessas, é interessante de se observar que, mesmo o Sul concentrando as publicações, é na região Nordeste que se encontram 4 das 6 publicações A1: três na UFMA e uma na UFRB; as outras duas foram encontradas no Sul: uma na UFPel e outra na UFSM. A distribuição geral de publicações por estrato pode ser vista no Gráfico 2:

Gráfico 2: Distribuição geral das publicações separadas por estrato

Fonte: Plataforma Lattes (dados), os autores (gráfico).

Como observado no Gráfico 2, há um grande volume de publicações em nível B1, no total de 177 e a universidade recordista em publicações, a mineira UFOP contava com 37 produções à época da pesquisa, o que corresponde 21% do total. Neste caso, a instituição possui também um programa de mestrado em Comunicação. Em números totais, o curso de Jornalismo da UFMA, campus de Imperatriz, é o que possui o maior número de publicações equilibradas entre todos os docentes, em sua maioria em coautoria, com 138 trabalhos.

Um ponto interessante referente às publicações é que as mulheres publicam mais que homens. Em números gerais, fora do recorte temporal, o maior número de publicações concentra-se em uma professora da UFPel, que detém mais de 70 publicações, e no período de análise possui 41 publicações; o segundo colocado tem 29. Outro ponto interessante é que, em ordem decrescente, dentre os 5 maiores pesquisadores (aqui o termo se referindo à quantidade), 4 são mulheres. Outro ponto a ser levado em consideração é que todos os artigos de *qualis* A1 foram assinados por professoras, e 4 desses foram em 2017. Pode-se perceber a questão das publicações por gênero e estrato, no Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3: Publicações gerais divididas por gênero e estrato

Fonte: autoria própria.

Como pode-se perceber, as professoras publicam mais que professores em 6 dos 8 estados, ficando numa proporção de 50%, ou quase, nos que os professores ficam à frente, como é o caso dos *qualis* A2 e B3.

Outro ponto a se destacar no tocante às publicações é a concentração de trabalhos em alguns professores. A UFMA (138) e a UFOP (90) são as que mais se destacaram, sendo que, atualmente, ambas possuem programas de pós-graduação em Comunicação, fruto do empenho dos docentes e da IES. Na UFPel existem algumas contradições, mesmo com um resultado altamente favorável de publicações: 95 artigos (BRAGA, 2002). Se, por um lado, constata-se que há professores que nada publicaram nos últimos 5 anos (2014-2018), por outro lado, um único docente publicou 41 artigos em 31 periódicos diferentes no mesmo período. Também é interessante comentar o fato de que há professores, como alguns da UFPel, que têm suas publicações concentradas em outras áreas, como a Linguística, por exemplo, o que faz com que o número de publicações do universo da pesquisa se restrinja, visto que o *software* não identifica estratos de áreas que não sejam a Comunicação e Informação.

Há cursos de Jornalismo no recorte analisado, em que as publicações de *qualis* A1 e A2 se concentram, em sua maioria, nos currículos lattes das professoras. A

incorporação crescente das mulheres em atividades científicas pode ser confirmada desde 1997, entre pesquisadores e líderes de grupos de pesquisa cadastrados na base Lattes do CNPq: nestes dois subgrupos, a proporção de mulheres, em 2002, era respectivamente de 45,7% e 40,7% (LETA, 2003). Elas estão mais concentradas em algumas áreas, tais como Ciências da Saúde (54,7%) e Ciências Biológicas (51,9%), além das Ciências Humanas (60,0%) que também estão desenvolvendo a pesquisa em saúde (AQUINO, 2006).

Historicamente, a constituição da ciência moderna envolveu progressivamente um alto grau de formalização, com a fundação de instituições e o estabelecimento de normas que afastaram as mulheres (SCHIENBINGER, 2001). Falar sobre a questão de gênero na pesquisa implica discutir o crescimento do protagonismo feminino nos números de publicações, e o peso que algumas pesquisadoras possuem para a criação de programas de pós-graduação de seus respectivos cursos. Sem a presença delas, tal criação não seria possível.

Em sua origem, nos primórdios da Revolução Científica, muitas mulheres europeias envolveram-se com atividades científicas, seja a inspeção de astros com o uso de telescópios em observatórios familiares, seja analisando plantas, insetos e outros animais com microscópios, juntamente com seus maridos, irmãos ou pais (SCHIENBINGER, 2001). As mulheres também detinham um grande conhecimento sobre uso de plantas e ervas medicinais, tratamento de doentes, além de serem as responsáveis pelo acompanhamento de partos e nascimentos (BRENES, 1991).

Acompanhando a tendência mundial de inserção da mulher no mercado de trabalho, nas últimas décadas, houve também um aumento substancial da mulher nas ciências e na pós-graduação (SILVA, 1998). Este aumento tem sido observado tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, mas, a despeito desta evolução, considera-se que são raros os países que têm mais de 30% de mulheres na ciência (LEMOINE, 1992). Alguns analistas indicam um padrão até mesmo inferior de 25% (VELHO, 1998). Desse modo, percebe-se um crescimento gradual da participação feminina nos estudos científicos como protagonistas.

Uma pesquisa patrocinada pela Unesco e pela Capes sobre a pós-graduação no país mostra que a média geral das mulheres entre mestres e doutores no país é de 33,8% (BRAGA, 2002). Na cartografia analisada, observa-se que, do quantitativo de publicações

em artigos de 2014 a 2018, 390 eram de pesquisadoras e 325 de pesquisadores (o universo de docentes por gênero pôde ser observado no Gráfico 1).

Já o Diretório do CNPq dos grupos de pesquisa que os docentes estão vinculados, que inclui os recursos humanos envolvidos em pesquisa, e não apenas os pós-graduados, acusa aproximadamente 40% de mulheres entre os cientistas, um número que se pode considerar positivo. Neste estudo, percebe-se no universo de 161 docentes: 50,7% (feminino) e 50,3% (masculino). Estes valores baixam, entretanto, quando se focalizam os líderes de grupos de pesquisa no país, que são de aproximadamente 30% de representação feminina (CNPq, 2017).

Conclusão

A partir das discussões, estudos e levantamentos realizados, nota-se que o crescimento da produção científica é considerável em todas as regiões, porém de modo diferente, visto que suas estruturas socioculturais são variáveis. Desse modo, ao se realizar um levantamento do número de publicações dos pesquisadores, pôde-se constatar uma disparidade entre os resultados encontrados no Sudeste e Norte, algo explicável, visto que, segundo a pesquisa, o Norte é a região com menor número de doutores (pesquisadores) e de programas de pós-graduação em Comunicação. Um fator também relevante foi o conjunto das características acadêmico-funcionais dos professores, uma vez que revelaram profissionais bem qualificados, com experiência profissional e acadêmica, grande contingente formado por doutores, considerável produção científica em um nível desejável, uma vez que quase a totalidade produziu algum documento e/ou fez alguma comunicação científica, nos cinco anos que antecederam a pesquisa.

Destacam-se ainda vários artigos publicados em periódicos de referência nacional na área de Comunicação e Informação. A interiorização das universidades no país permitiu a consolidação das atividades de pesquisa nos diversos centros. O período compreendido entre os anos de 2006 e 2017 (ápice da interiorização) foi extremamente favorável tanto para os pesquisadores, redes de pesquisa, novos grupos de pesquisa, novos programas de pós-graduação, como também para os grupos de pesquisa consolidados por todo o país. Com isso, verifica-se a necessidade de contínuas políticas públicas sociais – voltadas a promover o incentivo, por meio de bolsas de produtividade em pesquisa destinada a docentes no interior –, como de melhoria na infraestrutura

laboratorial e do acervo das bibliotecas. A questão fundamental não é apenas atrair professores/pesquisadores, mas fixá-los em instituições de ensino superior e/ou instituições científica, tecnológica e de inovação (ICTs) públicas, para atuarem em projetos de pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação de forma igualitária no país.

Referências

- AQUINO, E. M. M. L. L. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In: Pensando gênero e ciência. In: ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA, 2006. Brasília, **Anais...** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2EAUyqF>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- BRAGA, M. M. Mestres e doutores formados no país em nove áreas: características dos titulados e aspectos da trajetória acadêmica. In: VELOSO, J. **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país**. Brasília: Capes, Unesco, 2002, p. 373-392.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. 2014. Brasília. Disponível <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.ht>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília, 2014a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-2003-2014>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- BRENES, A. C. História da parturição no Brasil, século XIX. In: **Cad. Saúde Pública**, v. 7, n. 2, p.135-149. jun. 1991.
- CAJAZEIRA, P. E. S. L. et al. O ensino do telejornalismo nas universidades federais do Nordeste em tempos de convergência digital. In XIX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, Fortaleza, 2017, **Anais...** Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/132111>>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- CNPq. **A Plataforma Lattes**. 2017. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LEMOINE, W. Productivity patterns of men and womenscientists in Venezuela. **Scientometrics**, v. 24, n. 2, p. 281-295,1992.

REVISTA PAUTA GERAL**ESTUDOS EM JORNALISMO**

10.5212/RevistaPautaGeraI.v.6.i2.0007

LETA, J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 1-14, 2003.

SAVIANI, D. **Origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica**. 2012. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/Demerval%20Saviani.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

VASCONCELOS, W. G. I.; SILVA, F. V.; CAJAZEIRA, P. E. S. L. O perfil do egresso dos cursos de Jornalismo do Reuni no Ceará. In: XX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2018, Juazeiro - BA. **Anais... Desigualdades, Gêneros e Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2018. v. 20. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0739-1.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

VELHO, L.; LEON, E. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp. n. 10, p. 309-343, 1998.

WAITZ, I. R.; ARANTES, M. P. C. Avaliação do ensino superior e a prática docente. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**, Valinhos, v. 3, n. 6, p. 249-262, 2009.

Recebido em: 12/10/2019

Aprovado em: 30/10/2019